

POLICY BRIEF **2015**

*ACESSO, APOIOS
E CUSTOS NO
ENSINO SUPERIOR*

Ana Sofia Ribeiro
Maria Manuel Vieira



1

INTRODUÇÃO

A estratégia *Europa 2020* da União Europeia inscreve, no que toca à educação e formação, a meta de 40% de adultos entre 30-34 anos com um diploma de ensino superior até 2020.

Em 2014 a média comunitária situava-se já em 38 % de diplomados nesse escalão etário, o que faz antever o provável alcance dessa meta até ao fim da década. Por contraste, Portugal encontra-se longe desse valor: no mesmo ano, apenas 31,3% da coorte entre 30 e 34 anos possuía um diploma de ensino superior, o que justifica uma atenção acrescida à questão do acesso ao ensino superior.

Segundo Magalhães, Amaral e Tavares (2009), o acesso ao ensino superior português tem evoluído ao longo de 3 fases históricas. Uma primeira, de expansionismo, ocorrida entre 1974 e 1996, cria um sistema binário de ensino superior e ainda um sistema privado, o

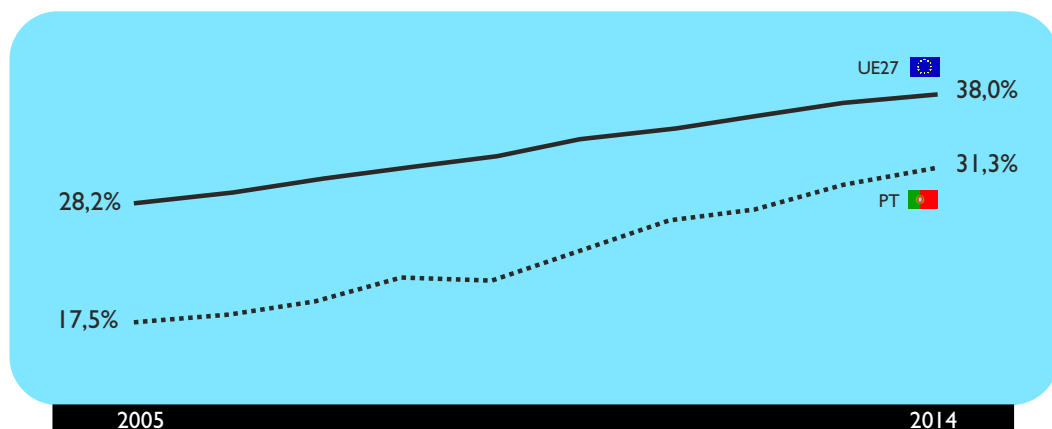
que contribui para um aumento substancial do número de inscritos. Entre 1997 e 2004, assiste-se a uma fase de contenção, sendo reintroduzidas notas mínimas no acesso ao ensino superior como forma de controlo de qualidade. Finalmente, a partir de 2006 observa-se uma tentativa de diversificação do tipo de população estudantil, com a abertura de um novo regime de acesso para maiores de 23 anos e a estabilização do número de inscritos.

Desde 2011, os crescentes cortes nas despesas sociais do Estado têm afetado o ensino superior português em termos de procura e frequência, com um decréscimo do número de inscritos. Por sua vez, a emergência de novos programas de incentivo à mobilidade para o interior do país e para o regresso na universidade, tornam oportuno um olhar atualizado sobre as mais recentes tendências de acesso, participação, apoios e custos de frequência do ensino superior português no que respeita o ciclo básico de acesso (1º ciclo), que inclui licenciaturas e mestrados integrados. É esse o objetivo desta publicação.

FIGURA I

TAXA DE
ESCOLARIZAÇÃO
NO ENSINO
SUPERIOR,
GRUPO ETÁRIO
30-34 ANOS,
2005-2014 (%)

Fonte: Eurostat,
última atualização
16-10-2015



2

ACESSO E DIVERSIDADE

O acesso ao ensino superior em Portugal faz-se maioritariamente através de um regime geral por concurso público, com vagas limitadas (*numerus clausus*).



Isto significa que os alunos têm a sua escolha de curso limitada por uma nota média de admissão a um determinado curso, tanto mais elevada quanto maior for a procura do mesmo. Existem vias alternativas de acesso, como concursos locais ou regimes especiais (para atletas, residentes das Regiões Autónomas ou pessoas com deficiência, por exemplo), mas representam uma pequena percentagem dos admitidos. Ainda assim, o número de vagas oferecido excede bastante o número de matriculados, tanto no ensino público como no privado, como se pode ver na figura 2.

De uma forma geral e como a figura 3 indica, o ensino superior tem vindo a perder alunos desde 2011, particularmente no setor privado. Esta quebra de alunos poderá ser explicada, pelo menos em parte, pela recessão económica verificada nos últimos anos, que terá afastado potenciais estudantes de uma candidatura ao ensino superior.

FIGURA 2

VAGAS E INSCRITOS PELA 1ª VEZ NO 1º ANO EM CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL NO ENSINO SUPERIOR POR SUBSISTEMA DE ENSINO, 2013/2014(a)

Fonte: CNE, Estado da Educação 2014

	SUBSISTEMA DE ENSINO	VAGAS PARA O REGIME GERAL DE ACESSO	INSCRITOS NO 1º ANO, PELA 1ª VEZ, ATRAVÉS DO REGIME GERAL DE ACESSO	VAGAS PREENCHIDAS (d)	INSCRITOS NO 1º ANO PELA 1ª VEZ, ATRAVÉS DE TODOS OS REGIMES
PÚBLICO	UNIVERSITÁRIO(b)	28.554	26.255	91,9%	30.155
	POLITÉCNICO(c)	23.547	14.780	62,8%	21.548
	TOTAL	52.101	41.035	78,8%	51.703
PRIVADO	UNIVERSITÁRIO(b)	15.941	4.985	31,3%	2.935
	POLITÉCNICO(c)	8.807	1.290	14,6%	11.265
	TOTAL	24.748	6.275	25,4%	11.265
	TOTAL	76.849	47.310	61,6%	62.968

a) Exclui os inscritos pela 1ª vez em mobilidade internacional. Não inclui o ensino militar e policial nem a Universidade Aberta;

b) Inclui estabelecimentos não integrados em universidades;

c) Inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades;

d) Inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, através do regime geral de acesso / Vagas (calculado pelo CNE a partir dos dados da fonte).

Desde 2014 que o Ministério da Educação e Ciência faculta dados detalhados sobre acesso, participação e empregabilidade dos cursos do ensino superior. Através dos dados de acesso do concurso de 2013/2014 é possível verificar que, no caso das licenciaturas do ensino público, apenas 47% dos estudantes foram colocados na primeira opção (Figura 4). Já no ensino privado, se a percentagem de colocados na primeira opção é superior à do público, também as transferências e mudanças de curso são superiores, indicando uma maior mobilidade no setor (Figura 4). Ao nível dos mestrados integrados, a tendência mantém-se (Figura 5).

Já no que toca o abandono do ensino superior, entre licenciaturas e mestrados integrados no ensino público e privado terão desistido cerca de 6737 estudantes¹. É de sublinhar que Portugal é um dos poucos países europeus onde o indicador de conclusão de estudos não está associado a um aumento de financiamento às instituições, facto que poderia resultar numa maior atenção institucional às causas do abandono.

No que respeita outros regimes de acesso e, em particular, o concurso para maiores de 23 anos, verifica-se uma clara preferência dos candidatos pelo ensino privado, quer no caso das licenciaturas (Figura 4), quer no caso dos

mestrados integrados (Figura 5). O número de “estudantes maduros” tem vindo a decrescer desde 2008/2009, sofrendo uma quebra muito acentuada em 2011/2012 (Figura 6), sendo também este grupo um dos que demonstra mais propensão ao abandono do curso (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2015). Sabe-se que estes estudantes têm dificuldades na conciliação do estudo com a profissão (Fragoso, Gonçalves, Ribeiro, Monteiro e Quintas, 2013) e que, por isso, procuram opções de ensino com maior flexibilidade, o que poderá explicar a preferência pelo setor privado, com mais oferta de cursos em horário pós-laboral.

O Ensino Superior tem vindo a perder alunos, particularmente no sector privado

¹ Número resultante do somatório dos alunos não encontrados no ensino superior após um ano de matrícula, como reportado no portal Infocursos, com base no Inquérito RAIDES (<http://infocursos.mec.pt/>)

FIGURA 3

ESTUDANTES
MATRICULADOS
NO ENSINO
SUPERIOR
PORTUGUÊS POR
SUBSISTEMA DE
ENSINO,
2005-2014

Fonte: Pordata,
última atualização
26-06-2015

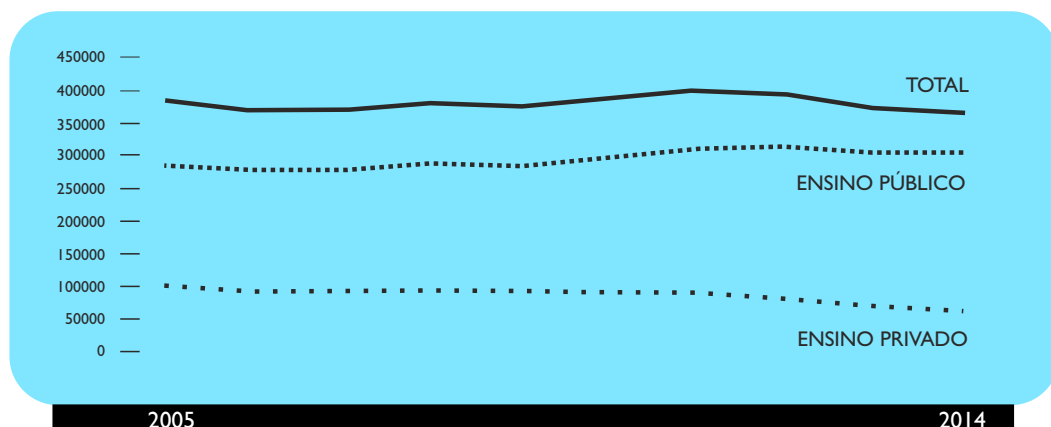
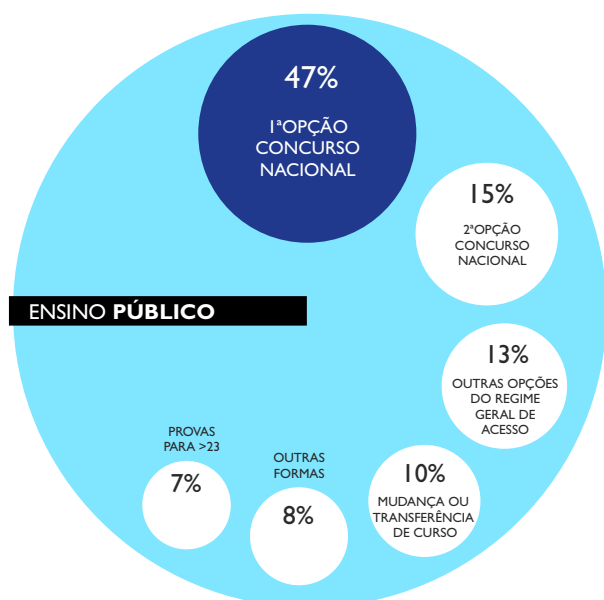


FIGURA 4

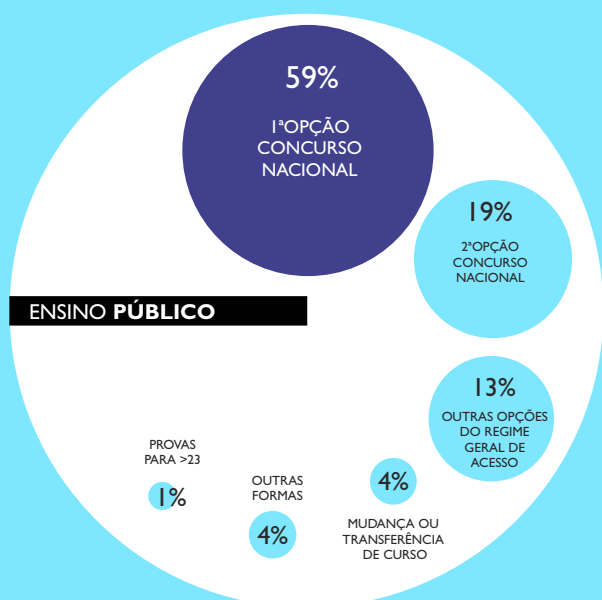
INGRESSOS NO 1º CICLO DO ENSINO SUPERIOR -
LICENCIATURA, 2013-2014 (%)



Fonte: MEC, Portal Infocursos

FIGURA 5

INGRESSOS NO 1º CICLO DO ENSINO SUPERIOR -
MESTRADOS INTEGRADOS, 2013-2014 (%)



Fonte: MEC, Portal Infocursos

Relativamente ao perfil socioeconómico do corpo estudantil, os últimos dados conhecidos referem-se a 2009 e indicam que Portugal teria então uma maioria de 54% de estudantes oriundos de famílias com baixas qualificações escolares (OECD, 2012). Esta situação faria de Portugal um caso único no panorama internacional, que reflete não apenas os baixos níveis educacionais de partida prevalentes na geração dos pais dos atuais estudantes, como os progressos de democratização do acesso ao ensino superior no nosso país. Estudos mais recentes têm confirmado esta tendência, demonstrando que a escolaridade dos jovens na última década triplicou em relação à dos pais (Torres *et al.*, 2014).

Por sua vez, a tendência para a feminização do corpo estudantil permanece: em 2015 as mulheres representam 53,6% dos inscritos no ensino superior, estando em maioria em todas as áreas de formação exceto nas Ciências, Matemática e Informática e nas Engenharias (PORDATA, última atualização 2015-11-09).

Finalmente, a internacionalização da população estudantil também tem sido promovida, destacando-se neste âmbito a aprovação do Estatuto do Estudante Internacional (Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março), que prevê um concurso especial de acesso para estes candidatos, embora se dirija apenas aos não-cidadãos da União Europeia.



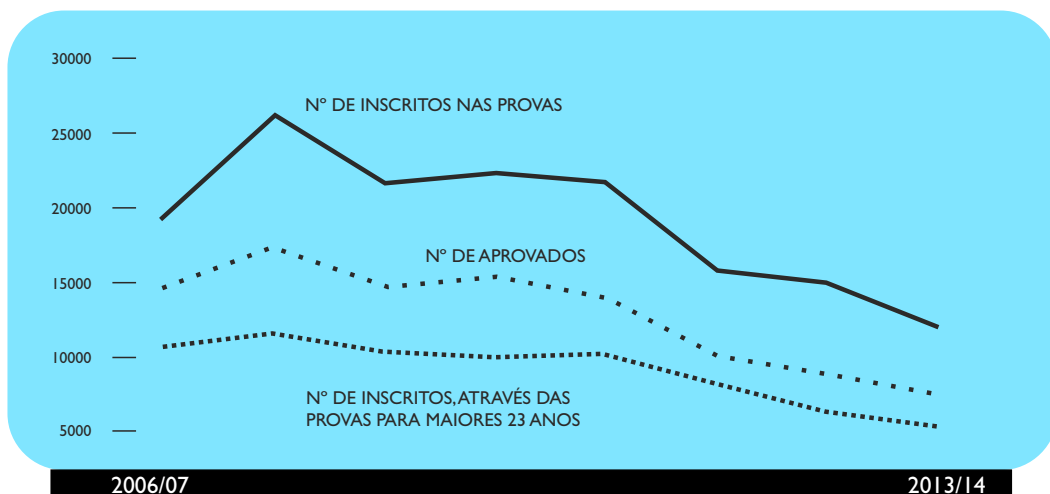
53,6%

É a percentagem de mulheres inscritas no ensino superior em 2015. A tendência para a feminização do corpo estudantil permanece.

FIGURA 6

INSCRITOS ATRAVÉS DAS PROVAS DESTINADAS A MAIORES DE 23, INSCRITOS E APROVADOS NAS PROVAS, ENTRE 2006/07 e 2013/14 (valores totais)

Fonte: MEC-DGEEC



3

APOIOS

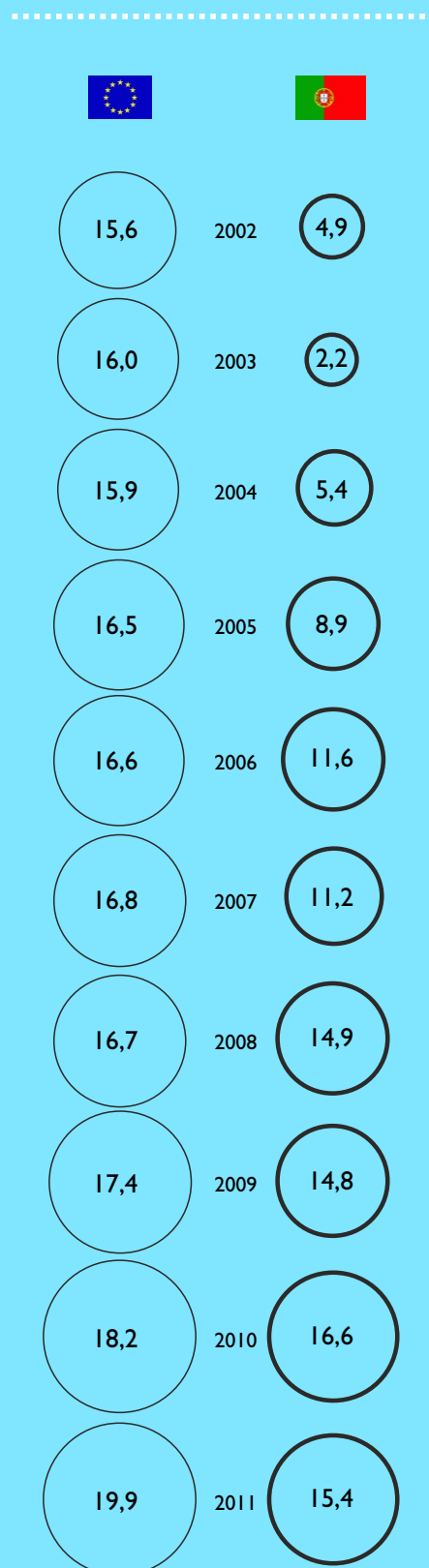
Em Portugal, o sistema de apoios públicos à educação é um sistema centrado na unidade familiar. Estes apoios (quer via bolsas de estudo, quer via benefícios fiscais) são concedidos como complemento ao rendimento do agregado familiar desde que os descendentes continuem a estudar, até atingirem o limite máximo de 25 anos².

Como é visível na Figura 7, a ajuda financeira concedida pelo Estado aos estudantes do ensino superior esteve sempre abaixo da média comunitária, embora se tenha aproximado em 2010, para logo depois voltar a cair. O último relatório *Estado da Educação* aponta efetivamente para uma redução dos apoios aos estudantes desde 2011, tanto na ação social indireta (apoios para residências, cantinas e outros serviços para a comunidade estudantil), como na ação social direta (bolsas de estudo) (Conselho Nacional de Educação, 2015, p.228).

Com efeito, se em 2010 a percentagem de bolseiros no ensino superior era de 19,5 %, em 2012 essa percentagem caiu para 14,4%, embora se registre uma recuperação desde então (Figura 8). A queda acentuada no período da intervenção externa refletiu um período de grande instabilidade no que respeitou aos critérios de elegibilidade para obtenção de bolsas de estudo, nomeadamente devido à legislação que excluía da obtenção de apoio aqueles cujos pais tivessem dívidas fiscais ou à segurança social (Despacho n.º 14474/2010, de 16 de setembro 2010). Apesar das críticas levantadas por parte de associações de estudantes, universidades e mesmo do Conselho Nacional de Educação, esta legislação permaneceu em vigor até 2014. A extinção deste regime poderá ter determinado o aumento de bolsas verificado em 2013/2014.

FIGURA 7

APOIO FINANCEIRO PRESTADO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (CITE 5-6) EM RELAÇÃO AO TOTAL DA DESPESA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO (%)



Fonte: Eurostat, última atualização 05-08-2014

² Ver Wall (1995) e Lei nº122/2015 de 1 de Setembro.

Além das bolsas para estudantes com dificuldades económicas, existem ainda as bolsas de mérito cujo valor anual é igual a cinco vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor no início do ano letivo em que é atribuída. Destinadas a apoiar os alunos com melhor desempenho académico, elas constituem uma medida rara no panorama europeu, tendo paralelo apenas em alguns países do leste europeu (European Commission, EACEA e Eurydice, 2015).

Devido à percepção de que os apoios estatais seriam insuficientes, várias organizações da sociedade civil (entre outras, a AMI, a Caritas ou a Fundação Calouste Gulbenkian) oferecem bolsas de estudo para alunos carenciados no ensino superior que, em alguns casos, cobrem o valor das propinas e, noutros, incluem custos de manutenção. Algumas universidades criaram fundos de emergência e bolsas de trabalho com o mesmo fim. Não existem até à data dados que possibilitem obter uma visão geral sobre estes apoios sociais alternativos, nomeadamente sobre montantes investidos, condições de elegibilidade ou mesmo validade temporal dos mesmos, o que limita o seu alcance junto de potenciais candidatos.

Como forma de apoio, existe ainda o recurso a uma linha de empréstimos com garantia mútua desde 2007, com taxas de juro bastante baixas e dependentes do desempenho académico do estudante. O número de empréstimos, em crescimento até 2011/2012, sofreu então uma queda abrupta, causada pela crise económica e pela interrupção da linha por vários meses entre 2013 e 2014, o que não terá

possibilitado a contratação de mais crédito.

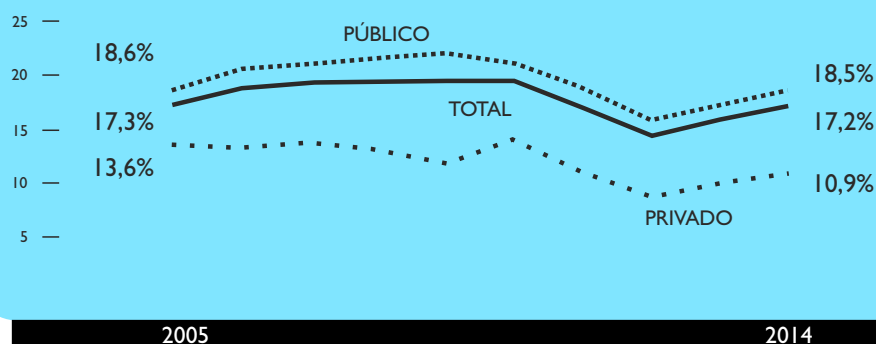
Desde 2014 existem dois novos programas estatais que fornecem bolsas de estudo. O programa Retomar (Despacho n.º 8-A/2014, de 17 de julho) destina-se a alunos que tenham desistido de estudar e que desejem retomar os seus estudos. Estabelece que os alunos - jovens que não estejam em situação de emprego, educação ou formação³ que tenham interrompido um curso superior e que estejam em condições de o concluir antes de completarem 30 anos - receberão 1200 euros acrescidos de 300 euros para apoio à graduação. Apesar de este programa poder potencialmente atribuir até 3000 bolsas, a procura tem sido bastante baixa, com menos de 500 candidaturas em 2014 e 2015. Pelo contrário, o Programa Superior Mais (Despacho 11306-C/2014, de 8 de setembro) tem registado uma procura muito superior às 1000 bolsas inicialmente oferecidas, com 1507 candidaturas em 2014 e 2308 em 2015. O programa destina-se a promover a mobilidade interna e a sustentabilidade do sistema de ensino superior, atraindo estudantes oriundos de uma cidade do litoral para universidades do interior através da oferta de bolsas de 1500 euros anuais. Os critérios de seleção para estas bolsas não têm em conta a condição socioeconómica dos alunos mas sim a sua média de entrada no curso, constituindo-se, no fundo, também como bolsas de mérito.

³ Jovens em situação NEEF. Ver Policy Brief 2014 do OPJ em www.opj.ics.ulisboa.pt.

FIGURA 8

BOLSEIROS NO ENSINO SUPERIOR EM PORCENTAGEM DE MATRICULADOS POR SUBSISTEMA DE ENSINO 2005-2014

Fonte: Pordata, última atualização 26-06-2015



4

CUSTOS

Na última década, as propinas no ensino superior têm aumentado, inclusive no período de crise, como indica a Figura 9. A partilha de custos no ensino superior tem recaído cada vez mais sobre as famílias e os indivíduos.

Até 2003, o valor anual das propinas na licenciatura era equivalente ao salário mínimo nacional. Desde 2003, e após a introdução da nova Lei de Financiamento (Lei nº37/2003, de 22 de agosto), as propinas foram fixadas a cada ano entre um valor mínimo, equivalente a 130% do salário mínimo nacional, e um valor máximo, atualizado a cada ano de acordo com o Índice de Preços no Consumidor, o que estabeleceu uma variação máxima de aumento de 2% a 3% ao ano.

O aumento das propinas é o instrumento por excelência da diversificação de financiamento nas universidades, e uma consequência dos cortes sucessivos na contribuição governamental para o sector. Segundo Teixeira e Koryakina (2013), o peso das propinas nos orçamentos das instituições aumentou desde 2004, mas as receitas assim obtidas têm sido aplicadas com flexibilidade. O resultado manifesta-se na degradação da qualidade da

educação oferecida, visível no decréscimo de 20% no valor gasto por estudante desde 2003, e no aumento do rácio entre estudantes e pessoal académico nas instituições públicas de ensino superior desde 2005 (Usher, Orr e Wespel, 2014). Logo, as medidas de partilha de custos estão a beneficiar as instituições, não os estudantes. A maioria das instituições cobra hoje a propina máxima (European Commission, EACEA e Eurydice, 2014) e se, para um primeiro grau conducente ao exercício de uma profissão (licenciaturas e mestrados integrados), as propinas são fixadas com um limite máximo, nos mestrados e outras pós-graduações as propinas são fixadas livremente, podendo atingir valores muito altos, particularmente no caso de MBA e outros graus especializados em *business schools*.

Finalmente, e como medida de geração de rendimento acrescido, em 2014 foi criado um regime especial de propinas para estudantes internacionais, que podem chegar a pagar sete ou oito vezes mais do que as cobradas aos estudantes nacionais (Decreto de Lei 36/2014, de 10 de Março). Por tudo isto, não espanta que as propinas em Portugal sejam hoje das mais caras da Europa, a par com a Holanda, Itália, Espanha ou Irlanda (European Commission *et al.*, 2015). ►

FIGURA 9

VALORES MÍNIMO E MÁXIMO DAS PROPINAS NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS PARA GRAUS DE FORMAÇÃO INICIAL, 2005-2016

	2005/2006	2007/2008	2009/2010	2011/2012	2013/2014	2015/2016
PROPINA MÍNIMA	487	524	585	631	631	656
PROPINA MÁXIMA	901	949	996,85	1000	1066	1063

Fonte: Cerdeira (2009) e European Commission, EACEA e Eurydice (2012, 2014, 2015)

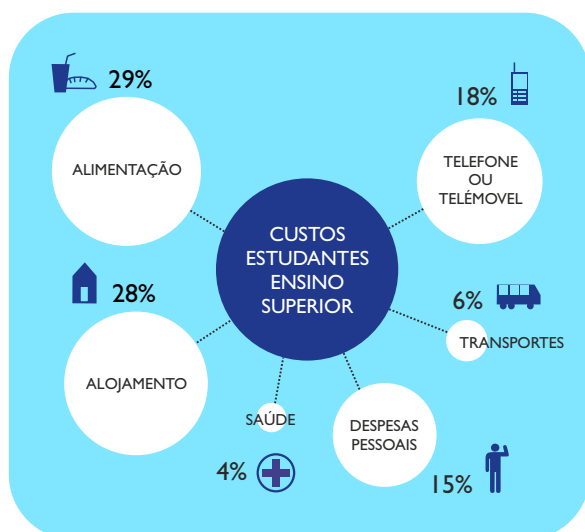
► A crise económica, que terá levado a que muitos estudantes abandonassem os estudos por insuficiência económica, terá também aumentado o número de propinas em dívida. Desde 2012 algumas instituições iniciaram a cobrança coerciva de dívidas de propinas através da Autoridade Tributária, incluindo a cobrança de juros. Em algumas instituições, a existência de propinas em dívida impede o aluno de progredir nos estudos e de matricular-se num novo ano académico.

Relativamente a outros custos da educação no geral, que incluem custos de manutenção e de material, o estudo mais detalhado sobre o tema refere que em 2010/2011 Portugal era um dos países onde os custos da educação pesavam mais nos orçamentos familiares (Cerdeira, Cabrito, Patrocinio, Brites e Machado, 2012).

Desagregando os custos de manutenção verifica-se que uma grande fatia é dirigida para alojamento e alimentação, facto que também demoverá os alunos de se candidatarem a universidades fora da sua área de residência uma vez que tal implica custos acrescidos. Segundo Cerdeira *et al.* (2012), os custos suportados pelos estudantes dependem de vários fatores, mas sobretudo do tipo de ensino (público ou privado), do alojamento e da região onde estudam, sendo que os estudantes do litoral têm maiores custos do que os do interior.

FIGURA 10
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO
DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, 2010-2011

Fonte: Cerdeira *et al.* (2012)



5

CONCLUSÃO

O acesso ao ensino superior português estará a atravessar, sobretudo desde 2011, uma fase de racionalização forçada devido, por um lado, à contração económica do país, que reduziu o investimento em educação, mas também, por outro, à forte convicção de que é possível “obter mais com menos em educação”⁴ privilegiando a eficiência e delineando objetivos estratégicos. Esta orientação é visível, por exemplo, na resposta ao decréscimo do número de candidatos autóctones ao ensino superior com a aposta no recrutamento além-fronteiras como forma de sustentabilidade do sistema; ou, ainda, no estímulo à mobilidade interna para instituições de ensino superior localizadas no interior do país. Paralelamente, a escassez de fundos para bolsas de estudo e as constantes mudanças nos critérios de elegibilidade para apoios terão desencorajado potenciais estudantes de se candidatar ao ensino superior e levado outros a abandonar os cursos - apesar do Programa Retomar. O decréscimo de candidaturas e os números do abandono entre os maiores de 23 anos reforçam a ideia de que o sistema estará a precisar de novos incentivos, através de estratégias de flexibilização curricular e de apoio financeiro e pedagógico acrescido para estudantes mais vulneráveis.

Resta acrescentar que a recente disponibilização de informação estatística clara merece uma nota positiva no âmbito da racionalização observada nas políticas governamentais de acesso ao ensino superior. Novos indicadores sobre as universidades e os cursos (tais como empregabilidade ou taxa de abandono) facilitam a tomada de decisão dos candidatos, bem como alimentam uma ideia de transparência associada à qualidade no serviço público. Contudo, ainda neste domínio seria importante proceder à monitorização socioeconómica dos estudantes e disponibilizar dados sobre grupos específicos, como os trabalhadores estudantes ou os estudantes a tempo parcial, habitualmente objeto de pouca atenção.

⁴ Citando entre outros, descrição da Eurybase no portal Eurydice.

DESAFIOS

POLÍTICAS PÚBLICAS

1

PARTICIPAÇÃO PLENA DOS ESTUDANTES MAIORES DE 23 ANOS

Este grupo de estudantes está entre os que mais desistem dos cursos, alegadamente por dificuldades de conciliação dos estudos com a vida profissional e familiar. Medidas de flexibilização curricular e horários mais adequados são, pois, necessárias para complementar as condições de acesso criadas e permitir a participação plena dos estudantes maduros. Isto poderá ser feito através de regimes de aprendizagem mistos utilizando o ensino à distância; através da implementação de um regime de reconhecimento e validação de competências no ensino superior; ou encontrando sistemas de avaliação alternativos à avaliação contínua.

2

DESCOBRIR E CONTRARIAR AS CAUSAS DO ABANDONO ESCOLAR

É importante identificar as causas que originam o fenómeno do abandono escolar. Sabe-se que os fatores económicos determinam muitas vezes o abandono, aliados a contextos de desmotivação e ausência de apoios sociais. Além de uma maior divulgação do Programa Retomar, seria necessário que este integrasse soluções para o pagamento de eventuais propinas em atraso, permitindo aos estudantes retomarem os seus estudos mais facilmente. O facto de o programa não contemplar modalidades de perdão ou quitação progressiva de dívidas anteriormente contraídas relativamente a propinas ou juros das mesmas torna, porventura, o programa desencorajador para candidatos em vulnerabilidade económica que pretendam retomar os seus estudos.

3

ALIVIAR OS ENCARGOS FINANCEIROS DOS ESTUDANTES E DAS FAMÍLIAS

Dada a situação de contração económica, as famílias poderão não ter condições de suportar os encargos com a frequência do ensino superior. Por isso, ampliar a abrangência e o alcance das bolsas de estudo, bem como aumentar os apoios prestados aos estudantes por outras vias, deverão ser prioritários.

4

MAPEAR O SUPORTE FINANCEIRO PROVIDENCIADO POR INSTITUIÇÕES DO FORO PRIVADO

Com a crise económica, os cortes nos apoios sociais suscitaram respostas alternativas de assistência aos estudantes por parte de instituições não-estatais e das próprias universidades. Estes apoios passam por pagamento de propinas, bolsas de manutenção por mérito ou insuficiência económica, ou mesmo bolsas de trabalho a tempo parcial. Dado o carácter esporádico e não articulado destas respostas, seria útil realizar um levantamento das diferentes formas de apoio estudantil existentes em Portugal, disponibilizando essa informação a potenciais estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cerdeira, L. (2009). *O financiamento do ensino superior Português*. A partilha de custos. Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em http://www.fap.pt/fotos/gca/2009-tese_maria_luisa_cerdeira-o_financiamento_do_ensino_superior_portugues_a_partilha_de_custos_2426388784e91887dbf2e5.pdf

Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocinio, T., Brites, R., & Machado, L. (2012). CESTES-O custo dos estudantes no ensino superior português. Apresentado no seminário Quanto Custa Estudar no Ensino Superior Português, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 12 de Junho de 2012.

Conselho Nacional de Educação (Ed.). (2015). *Estado da Educação 2014*. Lisboa. Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/1048-estado-da-educacao-2014>

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2015). *Ensino Superior: Situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12* (p. 32). Lisboa: Ministério da Educação. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=484&fileName=SituacaoApos1Ano.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=484&fileName=SituacaoApos1Ano.pdf)

European Commission, EACEA, & Eurydice. (2012). *National student fee and support systems 2011/2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

European Commission, EACEA, & Eurydice. (2014). *National Fee and Student Support Systems in European Higher Education 2014/2015* (p. 46). Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/facts_and_figures/fees_support.pdf

European Commission, EACEA, & Eurydice. (2015). *National Fee and Student Support Systems in European Higher Education 2015/2016* (p. 65). Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/img/covers/189EN.pdf>

Fragoso, A., Gonçalves, T., Ribeiro, C. M., Monteiro, R., & Quintas, H. (2013). The transition of mature students to higher education: Challenging traditional concepts? *Studies in the Education of Adults*, 45(1), 67–81.

Magalhães, A., Amaral, A., & Tavares, O. (2009). Equity, Access and Institutional Competition. *Tertiary Education and Management*, 15(1), 35–48. <http://doi.org/10.1080/13583880802700040>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2012). *Education at a glance 2012 OECD indicators*. [Paris]: OECD. Disponível em http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf

Teixeira, P., & Koryakina, T. (2013). Funding reforms and revenue diversification – patterns, challenges and rhetoric. *Studies in Higher Education*, 38(2), 174–191. <http://doi.org/10.1080/03075079.2011.573844>

Torres, A., Serra, F., Tavares, L., Assunção, F., Brites, R., & Carvalho, D. (2014). Género, Educação e Trabalho: Diferenças e Similitudes nas trajetórias de rapazes e raparigas entre os 13 e os 21 anos (p. 19). Apresentado no VIII Congresso Português de Sociologia, Évora. Disponível em http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0556.pdf

Usher, A., Orr, D., & Wespel, J. (2014). *Do changes in cost-sharing have an impact on behaviour of students and higher education institutions?* (p. 121). Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em http://ec.europa.eu/education/library/study/2014/cost-sharing/comparative-report_en.pdf

Wall, K. (1995). Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. *Análise Social*, 131-132(2), 431–458.

Observatório Permanente da Juventude

O Observatório Permanente da Juventude é um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989. Pretendendo potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional.

Saiba mais em
www.opj.ics.ul.pt

Edição . Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Março 2016
Depósito Legal . 405962/16
ISBN . 978-972-671-366-1
Impressão . Guideline, Lda
Tiragem . 200 exemplares